

# SUMÁRIO

NOTA À 15. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	7
DUAS NOVAS PALAVRAS.....	9
PRÓLOGO À 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	11
PREFÁCIO À 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	13

## PRIMEIRA PARTE TEORIA DO SABER DO DIREITO PENAL

### TÍTULO I DELIMITAÇÃO DO OBJETO DO SABER DO DIREITO PENAL

#### CAPÍTULO I - CONTROLE SOCIAL, SISTEMA PENAL E DIREITO PENAL

##### *I – Controle social e sistema penal*

1. O delito como “construção” e como “realidade” .....	53
2. Conceito e formas de controle social.....	56
3. Saber e controle social (saber e poder) .....	57
4. Características da manipulação ideológica .....	59
5. Os direitos humanos e o controle social.....	61
6. A importância do controle social institucionalizado ou formalizado .....	62

##### *II – Sistema penal e direito penal*

7. Conceito de “sistema penal” .....	63
8. Os distintos setores do sistema penal .....	64
9. Os discursos do sistema penal .....	66
10. Condicionamentos do sistema penal .....	69
11. A função social do sistema penal .....	70
12. O princípio da intervenção mínima na América Latina.....	72

13. O sistema penal e a lei penal.....	73
Bibliografia.....	75

## CAPÍTULO II - O HORIZONTE DE PROJEÇÃO DO SABER DO DIREITO PENAL

### *I – O direito penal*

14. Divisão da parte geral do direito penal .....	77
15. Conceito geral de direito penal.....	77
16. Denominação .....	78
17. O horizonte de projeção do saber do direito penal.....	79
18. O direito penal e a filosofia .....	79
19. O caráter público do direito penal.....	80

### *II – O objetivo da legislação penal*

20. Tem sentido perguntar-se pelo objetivo da legislação penal? .....	82
21. As respostas usuais.....	83
22. Existe a “segurança jurídica”? .....	84
23. O que é a defesa social? .....	86
24. Tutela de bens jurídicos ou de valores éticos? .....	87

### *III – A tarefa asseguradora do direito penal no marco da ordem jurídica*

25. O caráter diferenciador do direito penal.....	90
26. O caráter sancionador do direito penal e sua autonomia .....	91

### *IV – A coerção penal como meio de prover a segurança jurídica*

27. O conceito de coerção penal .....	92
28. Crítica da tese da prevenção geral.....	93
29. Prevenção geral e função simbólica da pena.....	96
30. A prevenção penal como objetivo da pena .....	96
31. A prevenção especial em relação ao sujeito passivo.....	100

### *V – Direito penal de culpabilidade e de periculosidade*

32. Direito penal de culpabilidade e de periculosidade .....	101
33. Direito penal de autor e direito penal de ato .....	105

### *VI – As “teorias da pena”*

34. As chamadas teorias da pena .....	106
35. Sistemas unitários e sistemas pluralistas.....	107
36. As medidas de segurança .....	108
Bibliografia.....	110

## CAPÍTULO III - FONTES, LIMITES E RELAÇÕES DO DIREITO PENAL

### *I – As fontes do direito penal*

37. Fontes de produção e de conhecimento da legislação penal .....	111
38. A fonte de produção do direito penal brasileiro é a União .....	112
39. Fontes de conhecimento do saber jurídico-penal.....	113
40. As fontes de informação da ciência do direito penal .....	114

### *II – Legislação penal, ciência do direito penal e política criminal ou criminológica*

41. Política criminal ou criminológica.....	116
42. Política criminal e legislação penal.....	117
43. Política criminológica e saber penal .....	118

### *III – O direito penal e as outras disciplinas jurídicas*

44. Relações com o direito constitucional .....	119
45. O direito penal e os direitos humanos.....	120
46. O problema dos crimes hediondos e outras discriminações constitucionais ....	121
47. O esquema geral das disciplinas jurídico-penais .....	122
48. Relações com o direito processual penal.....	123
49. Direito penal e direito de execução penal.....	124
50. Direito penal e direito penal militar.....	125
51. Direito contravençional .....	126
52. Direito penal e direito do menor.....	127
53. Direito penal e direito administrativo.....	130
54. Relações com o direito internacional.....	132

### *IV – Relações e delimitação do direito penal com a criminologia e outras disciplinas*

55. A criminologia .....	137
56. A criminologia positivista .....	138
57. A criminologia da “reação social” .....	139
58. As “ciências penais” .....	140
Bibliografia .....	142

## CAPÍTULO IV - O MÉTODO E OS PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS DO SABER DO DIREITO PENAL

### *I – O problema do método no direito penal*

59. A dogmática .....	143
60. O método dogmático como método científico.....	144
61. A necessidade prática da construção que pretende ser logicamente completa .....	145
62. O <i>modus operandi</i> do método dogmático .....	146
63. Os “fatos” que o dogmático deve levar em conta para a construção .....	148
64. Dogmática e ideologia.....	150
65. O método comparativo no direito penal.....	151

### *II – Princípios a que deve ajustar-se toda interpretação da lei penal*

66. Proscrição da analogia .....	151
67. A interpretação restritiva ou o princípio <i>in dubio pro reo</i> .....	153
68. O princípio de intranscendência ou de personalidade da pena .....	154
69. O princípio de humanidade.....	155
Leituras complementares .....	156

## CAPÍTULO V - EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL

### *I – O direito penal antigo*

70. Objeto do estudo da evolução legislativa.....	157
71. O direito penal das culturas distantes.....	158
72. O direito penal greco-romano como marco de laicização da legislação penal.....	162
73. O direito penal romano.....	164

### *II – O direito penal medieval e moderno*

74. Os germanos .....	166
75. O direito penal canônico.....	167
76. O direito penal árabe.....	167
77. Os práticos e os glosadores .....	168
78. A Carolina.....	168
79. A legislação penal ibérica: Espanha .....	169
80. Portugal: os forais e as Ordenações do Reino .....	171

### *III – O movimento reformador do século XVIII*

81. As reformas penais do despotismo ilustrado .....	183
--	-----

*IV – A gênese da legislação contemporânea*

82. A codificação do século XIX ..... 183
83. Os principais textos do século XX ..... 185

*V – A legislação penal brasileira do século XIX*

84. O Código Criminal do Império ..... 187
85. O Código da República Velha (1890) ..... 190
86. Os projetos de VIEIRA DE ARAÚJO ..... 191
87. Avaliação geral da legislação penal do século XIX ..... 192

*VI – A evolução até o Código de 1940*

88. O projeto GALDINO SIQUEIRA (1913) ..... 192
89. Projetos de SA PEREIRA (1927, 1928 e 1935) ..... 192
90. O projeto ALCÂNTARA MACHADO ..... 193
91. O Código de 1940 ..... 193

*VII – A legislação atual*

92. A tentativa de substituição do Código de 1940: o Código de 1969 e suas reformas ..... 194
93. A nova parte geral de 1984 ..... 195
94. Perspectiva ..... 196
- Bibliografia ..... 196

CAPÍTULO VI - A LEI PENAL EM RELAÇÃO AO TEMPO  
E A PESSOAS QUE DESEMPENHAM DETERMINADAS FUNÇÕES

*I – A lei penal no tempo*

95. O princípio geral e a exceção ..... 198
96. Leis temporárias e excepcionais ..... 200
97. Retroatividade e medidas de segurança ..... 201
98. O momento da ação ou omissão ..... 201
99. As leis descriminalizadoras anômalas: leis de anistia ..... 203

*II – O direito da aplicação da lei penal em relação a pessoas que  
desempenham determinadas funções*

100. Indenidades e imunidades ..... 204
101. Indenidades ou imunidades absolutas parlamentares ..... 204
102. Imunidades diplomáticas e consulares ..... 205
- Leituras complementares ..... 206

TÍTULO II  
FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICO-POLÍTICA DO HORIZONTE DE PROJEÇÃO  
DO SABER DO DIREITO PENAL (AS IDEOLOGIAS PENAIS)

CAPÍTULO VII - O SURGIMENTO  
DO PENSAMENTO PENAL MODERNO: O INDUSTRIALISMO

*I – As ideologias penais anteriores ao industrialismo*

103. A iniludível referência às ideologias .....	209
104. O pensamento oriental e sua influência sobre o saber penal .....	210
105. O pensamento grego .....	212
106. Os sofistas .....	213
107. SÓCRATES .....	215
108. PLATÃO .....	216
109. ARISTÓTELES .....	217
110. O pensamento pós-aristotélico .....	218
111. O pensamento medieval em geral .....	218
112. SANTO AGOSTINHO .....	219
113. A escolástica medieval .....	221
114. A mística .....	222
115. O ensinamento do pensamento medieval .....	223

*II – O industrialismo: mudanças estruturais e consequências penais*

116. Revolução industrial e controle social .....	224
---	-----

*III – O contratualismo retributivo: a defesa do capitalismo incipiente frente à nobreza*

117. O talião: a indenização pela violação do contrato .....	227
118. As respostas ao kantismo do liberalismo (FEUERBACH) e do socialismo (MARAT)....	230

*IV – Os penalistas do contratualismo*

119. BECCARIA .....	234
120. MELLO FREIRE .....	235
121. LARDIZÁBAL .....	237
122. ROMAGNOSI .....	237
123. A “escola toscana” (CARMIGNANI E CARRARA) .....	238

*V – A ideologia do treinamento para a produção industrial  
(a ideologia da defesa do capitalismo incipiente frente às massas)*

124. As penas: do “corpo” à “alma” .....	239
125. BENTHAM e a “ideologia panóptica” .....	240

Bibliografia .....	242
--------------------	-----

CAPÍTULO VIII - AS IDEOLOGIAS PENAIS  
DA CONSOLIDAÇÃO DO PODER DO CAPITAL NOS PAÍSES CENTRAIS E SUA  
CRISE

*I – O giro para o organicismo*

126. O deslocamento do conflito .....	244
127. O organicismo social.....	245

*II – A ideologia penal hegeliana*

128. Hegelianismo penal.....	246
129. A projeção do pensamento hegeliano .....	248

*III – As ideologias penais das respostas ao hegelianismo*

130. O krausismo penal (correcionalismo) .....	248
131. A reação anti-hegeliana do “direito penal popular” .....	250
132. A reação nietzscheana .....	251
133. A reação marxista.....	252

*IV – O organicismo positivista*

134. O positivismo como ideologia do capitalismo incipiente consolidado no poder....	255
135. A antropologia criminal de LOMBROSO .....	257
136. O positivismo penal sociológico: FERRI.....	258
137. A “luta de escolas” .....	259
138. O platonismo rudimentar de GAROFALO.....	261

*V – As variantes do positivismo*

139. O evolucionismo espiritualista de VON LISZT .....	263
140. O positivismo correcionalista: DORADO MONTERO .....	264
141. O positivismo jurídico .....	265
142. BINDING .....	266

*VI – A crise do positivismo organicista*

143. A primeira visão macrosociológica moderna do crime (DURKHEIM).....	268
Bibliografia .....	269

## CAPÍTULO IX - A IDEOLOGIA PENAL NO “ESTADO DO BEM-ESTAR” NOS PAÍSES CENTRAIS

### *I – A ideologia criminal a partir da crise do positivismo organicista*

144. A separação das ideologias.....	271
--------------------------------------	-----

### *II – As ideologias da criminologia norte-americana*

145. As teorias sociológicas da unidade cultural.....	273
146. As teorias do conflito.....	275

### *III – A ideologia do tratamento*

147. A ideologia do tratamento.....	277
148. A nova defesa social.....	278

### *IV – A ideologia do direito penal retributivo europeu*

149. O neocriticismo penal.....	279
150. O neopositivismo (ou positivismo lógico ou “círculo de Viena”).....	281
151. O neoescolasticismo.....	282
152. A ética material (SCHELER-HARTMANN).....	283
Bibliografia.....	284

## CAPÍTULO X - A IDEOLOGIA PENAL EM PAÍSES CENTRAIS COM DIFICULDADE DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL PRODUTIVO

### *I – A atitude geral do direito penal “de acumulação rápida”*

153. A crítica ao “direito penal liberal”.....	286
154. O conceito de direito penal liberal.....	287

### *II – As políticas penais dos autoritarismos de pré-guerra*

155. As políticas penais fascista e nacional-socialista.....	288
156. A política penal soviética de pré-guerra.....	291

### *III – A política penal soviética*

157. O direito penal soviético da última etapa.....	293
---	-----

### *IV – Os princípios político-penais da Igreja Católica*

158. A consideração dos problemas penais pelos últimos pontífices.....	294
Leituras complementares.....	297

CAPÍTULO XI - PANORAMA ATUAL  
DO PENSAMENTO PENAL E A PROBLEMÁTICA PERIFÉRICA

*I – Bases filosóficas realistas provenientes  
dos países centrais*

159. Existencialismo .....	298
160. A teoria das estruturas lógico-objetivas ou lógico-reais.....	301
161. A teoria crítica da sociedade .....	302

*II – Linhas político-criminais enunciadas  
nos países centrais*

162. Tendências penais utópicas .....	304
163. A “nova direita” penal.....	306
164. A “política criminal verde” .....	308
165. Descriminalização, despenalização, diversificação e intervenção mínima .....	309

*III – O pensamento penal atual na América Latina*

166. O “retribucionismo” na América Latina .....	310
167. O perigosismo na América Latina.....	311
168. O direito penal de segurança nacional.....	312
169. A crítica penal latino-americana .....	313
Bibliografia .....	314

CAPÍTULO XII - OS CAMINHOS ABERTOS  
PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA DO DIREITO PENAL

*I – A necessidade da fundamentação antropológica*

170. A inevitabilidade das perguntas fundamentais .....	315
---	-----

*II – Direito penal efetivo, direito penal não efetivo  
e puro exercício do poder*

171. A distinção .....	316
172. Quando há direito penal e quando há mero exercício de poder? .....	317

*III – O direito penal efetivo e o direito penal não efetivo*

173. Condições de efetividade do direito penal.....	318
174. Efeitos da ausência de fundamentação antropológica .....	325

**SEGUNDA PARTE**  
**TEORIA DO DELITO**

TÍTULO I  
ESTRUTURAÇÃO DA TEORIA DO DELITO

CAPÍTULO XIII - NECESSIDADE DA TEORIA DO DELITO

*I – Utilidade da teoria do delito*

175. Incumbência da teoria .....	331
----------------------------------	-----

*II – Necessidade de estratificar a teoria do delito*

176. Conceito de estratificação .....	332
177. Teoria estratificada e teoria unitária do delito.....	333
178. Estratificado é o conceito obtido pela análise, não o delito.....	334

CAPÍTULO XIV - ESBOÇO ESTRUTURAL

*I – Os níveis analíticos da teoria do delito*

179. Colocação geral.....	335
180. Representação do proceder analítico .....	338
181. O critério sistemático que surge da estrutura analítica.....	338

*II – Outros possíveis critérios sistemáticos e sua crítica*

182. Do autor à conduta .....	339
183. O critério objetivo-subjetivo .....	340

*III – Evolução da teoria do delito*

184. Injusto objetivo – Culpabilidade psicológica (LISZT) .....	341
185. Distinção dentro do injusto entendido objetivamente: a tipicidade (BELING)....	342
186. A ruptura do esquema objetivo-subjetivo.....	342
187. O tipo complexo e o finalismo.....	344
188. A teoria do delito no Brasil .....	345
189. <i>Excursus</i> : a discussão nos últimos anos .....	345
Bibliografia.....	348

## TÍTULO II A CONDUTA

### CAPÍTULO XV - CONCEITO E FUNÇÃO DA CONDUTA

#### *I – O direito penal não altera o conceito de conduta*

190. Ato de vontade e ato de conhecimento.....	353
191. O direito e a conduta humana .....	353
192. Não há delito sem conduta .....	354
193. Tentativas de desconhecimento do <i>nullum crimen sine conducta</i> .....	355

#### *II – A questão terminológica*

194. Conduta, ação, ato, fato .....	357
-------------------------------------	-----

#### *III – Conduta implica vontade*

195. Vontade e desejo .....	358
196. Vontade e finalidade.....	359
197. Vontade e vontade “livre” .....	359

#### *IV – Estrutura da conduta*

198. A antecipação biocibernética .....	360
199. A estrutura da conduta segundo o conceito ôntico-ontológico e sua tradição .....	361
200. Localização do resultado e do nexu causal .....	362

#### *V – A conduta como caráter genérico comum a todas as formas típicas*

201. Caráter comum para as formas típicas dolosas e culposas .....	363
202. Caráter comum para as formas típicas ativa e omissiva.....	364

### CAPÍTULO XVI - OUTROS CONCEITOS DE CONDUTA E SUA CRÍTICA

#### *I – A teoria causal da ação*

203. Conceito geral de conduta para o causalismo.....	365
204. Crítica do conceito.....	367

#### *II – As teorias “sociais” da conduta*

205. Os seus diversos sentidos.....	369
206. Conceito “social” e teoria finalista.....	370
207. Esterilidade do conceito “social” .....	370

*III – As tentativas de estruturar o conceito  
de conduta a partir de exigências sistemáticas*

208. O idealismo gnosiológico não possibilita apenas o conceito causal de conduta.....	371
Leituras complementares .....	372

CAPÍTULO XVII - AUSÊNCIA DE CONDUTA

*I – Panorama*

209. Enumeração das hipóteses .....	373
-------------------------------------	-----

*II – Força física irresistível*

210. Delimitação .....	374
211. Hipóteses de força física irresistível .....	375
212. Força física irresistível “interna” .....	376

*III – Involuntariedade*

213. Conceito e delimitação .....	377
214. Estado de inconsciência .....	378
215. Casos particulares de inconsciência .....	379
216. A involuntariedade procurada .....	379
217. Ausência de conduta na omissão .....	379

*IV – Importância da distinção com outros aspectos  
negativos do delito*

218. Efeitos da ausência de conduta .....	380
Bibliografia .....	380

TÍTULO III  
A TIPICIDADE

CAPÍTULO XVIII - ESTRUTURA DOS TIPOS PENAIS E SUAS RELAÇÕES COM  
A ANTIJURIDICIDADE

*I – Conceito de tipo e tipicidade*

219. Definição de tipo penal .....	383
220. Tipo e tipicidade .....	384
221. Outros usos da palavra “tipo” .....	385

*II – Modalidades técnico-legislativas dos tipos*

222. Tipos legais e tipos judiciais .....	385
223. Tipos abertos e tipos fechados .....	386

224. Outra forma de abertura típica .....	387
225. Tipo de autor e tipo de ato.....	387
226. A lei penal em branco .....	388

### *III – Concepções complexa e objetiva*

227. A concepção objetiva do tipo penal.....	389
228. A concepção complexa do tipo penal .....	390

### *IV – Tipicidade e antijuridicidade*

229. Panorama das distintas posições.....	392
230. Interesse, bem e norma .....	393
231. A antinormatividade .....	394
232. Tipicidade penal: tipicidade legal mais tipicidade conglobante.....	396
233. Antinormatividade e antijuridicidade .....	398
234. Atipicidade conglobante e justificação.....	398

### *V – Os bens jurídicos penalmente tutelados*

235. A importância do bem jurídico .....	399
236. Conceito de bem jurídico .....	400
237. Precisão do conceito de “relação de disponibilidade” .....	400
238. A moral como bem jurídico .....	402
239. Pode-se prescindir do bem jurídico? .....	403
240. Classificação dos tipos penais em razão dos bens jurídicos afetados .....	404
Leituras complementares .....	405

## CAPÍTULO XIX - TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO OBJETIVO

### *I – Panorama da estrutura do tipo doloso*

241. Aspecto objetivo e subjetivo do tipo doloso ativo .....	406
--	-----

### *II – A alteração física*

242. O resultado material .....	407
243. A relação de causalidade .....	408
244. A natureza da relação de causalidade.....	409

### *III – Os sujeitos, as referências e os elementos normativos*

245. Os sujeitos.....	411
246. As referências .....	412
247. Os elementos normativos.....	412

#### *IV – Classificações secundárias*

248. Sua importância e quadro geral .....	413
Leituras complementares .....	414

### CAPÍTULO XX - TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO SUBJETIVO

#### *I – Estrutura do tipo doloso subjetivo*

249. Tipos subjetivos que se esgotam no dolo e tipos subjetivos que reconhecem outros elementos .....	416
---	-----

#### *II – Conceito de dolo*

250. Definição e aspectos .....	417
---------------------------------	-----

#### *III – O aspecto cognoscitivo do dolo*

251. As formas de conhecimento .....	418
252. O grau de atualização exigido pelo dolo .....	419
253. Dolo e conhecimento da antijuridicidade .....	420
254. Dolo valorado e dolo desvalorado .....	420
255. Os conhecimentos requeridos pelo dolo .....	421
256. Previsão da causalidade e do resultado .....	421
257. Alguns erros sobre a causalidade .....	422

#### *IV – A ausência de dolo por erro de tipo*

258. O erro de tipo: sua natureza .....	426
259. Os efeitos do erro de tipo .....	428
260. As concepções tradicionais do erro e sua crítica .....	429
261. O princípio <i>error juris nocet</i> e a solução legal vigente .....	430
262. O erro de tipo não é o “erro de fato” .....	431
263. O erro de tipo psicologicamente condicionado .....	432

#### *V – O aspecto volitivo do dolo*

264. As distintas classes de dolo segundo seu aspecto volitivo: o dolo direto .....	432
265. O dolo eventual .....	433

#### *VI – Os elementos subjetivos do tipo distintos do dolo*

266. Conceito e localização .....	434
267. Dificuldades que acarretam para a teoria objetiva do tipo .....	435
268. Classes de tipos com elementos subjetivos distintos do dolo .....	436
269. Elementos subjetivos do tipo distintos do dolo e componentes da culpabilidade .....	438

Leituras complementares .....	439
-------------------------------	-----

## CAPÍTULO XXI - TIPOS CULPOSOS

### *I – Panorama da problemática da culpa*

270. Culpa e finalidade .....	440
271. Os tipos culposos como tipos abertos.....	441
272. A função do fim no tipo culposo .....	442

### *II – O aspecto objetivo do tipo culposo*

273. A função do resultado nos tipos culposos .....	443
274. A causalidade no tipo culposo .....	444
275. A violação do dever de cuidado .....	444
276. Relação de determinação entre a violação do dever de cuidado e a produção do resultado (conexão de antijuridicidade).....	446

### *III – O aspecto subjetivo do tipo culposo*

277. Sua natureza.....	447
278. Componentes subjetivos.....	447
279. Culpa com fim de causar o resultado.....	448
280. Culpa com representação e culpa inconsciente .....	449

### *IV – Outras posições a respeito da culpa e sua crítica*

281. A tentativa de fundamentar a culpa na causalidade e a previsibilidade.....	450
282. Localização da culpa na culpabilidade.....	450
283. Críticas ao conceito finalista de tipo culposo .....	452
Leituras complementares .....	453

## CAPÍTULO XXII - O PROBLEMA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

### *I – O chamado “princípio de culpabilidade”*

284. Conteúdo do chamado “princípio de culpabilidade” .....	454
285. Violação do <i>nullum crimen sine culpa</i> : a responsabilidade objetiva.....	454

### *II – As figuras complexas*

286. A preterintenção e outras hipóteses.....	455
287. Delitos “qualificados pelo resultado” .....	456

### *III – O versari in re illicita e suas manifestações*

288. O princípio do <i>nullum crimen sine culpa</i> e seu desconhecimento .....	457
289. A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	458

290. Crítica à teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	459
291. O problema da embriaguez na legislação brasileira.....	462
Leituras complementares.....	465

## CAPÍTULO XXIII - OS TIPOS OMISSIVOS

### *I – Natureza da omissão*

292. A omissão é uma estrutura típica.....	466
293. Não há omissões pré-típicas.....	467

### *II – A estrutura do tipo omissivo objetivo*

294. Situação, exteriorização e possibilidade.....	468
295. Equivalente típico da causação.....	468
296. O autor.....	469
297. A omissão imprópria e sua problemática.....	469
298. As fontes da posição de garantidor.....	471

### *III – O tipo omissivo subjetivo: o dolo na omissão*

299. O dolo omissivo.....	472
---------------------------	-----

### *IV – As omissões culposas*

300. A culpa omissiva.....	474
301. Estrutura culposa e estrutura omissiva.....	475

### *V – Excursus político-criminal*

302. O significado político-criminal da omissão.....	476
Leituras complementares.....	477

## CAPÍTULO XXIV - A TIPICIDADE CONGLOBANTE COMO CORRETIVO DA TIPICIDADE LEGAL

### *I – Função da tipicidade conglobante*

303. Remissão.....	478
--------------------	-----

### *II – O cumprimento de um dever jurídico*

304. Natureza.....	479
305. Colisão de deveres.....	480
306. Consequências de sua natureza.....	481

### *III – Casos particulares de atipicidade conglobante distintos do cumprimento de dever*

307. Acordo.....	482
------------------	-----

308. As intervenções cirúrgicas .....	484
309. As lesões desportivas.....	486
310. As atividades perigosas fomentadas .....	487

*IV – A afetação do bem jurídico como requisito  
indispensável da tipicidade conglobante*

311. Dano e perigo.....	488
312. O princípio da insignificância.....	489

*V – Excursus esclarecedor*

313. A teoria da adequação social da conduta .....	489
Leituras complementares .....	490

TÍTULO IV  
A ANTIJURIDICIDADE

CAPÍTULO XXV - ANTIJURIDICIDADE E JUSTIFICAÇÃO

*I – Antinormatividade e antijuridicidade*

314. Ordem normativa e ordem jurídica .....	493
315. O conceito geral de antijuridicidade.....	493
316. Antijuridicidade formal e material.....	494
317. A justificação “supralegal” e o injusto “supralegal”.....	495
318. A politização da antijuridicidade material .....	495
319. Nossa posição.....	496

*II – Antijuridicidade objetiva e subjetiva*

320. Antijuridicidade e injusto .....	496
321. Outros sentidos da “objetividade” da antijuridicidade .....	497
322. O problema do injusto pessoal .....	497

*III – Os tipos permissivos em geral*

323. Estrutura do tipo permissivo .....	498
324. A congruência no tipo permissivo .....	499
325. O fundamento genérico dos tipos permissivos.....	500
326. Classificação dos tipos permissivos .....	501
Leituras complementares .....	501

## CAPÍTULO XXVI - LEGÍTIMA DEFESA

*I – Natureza e fundamento*

327. O fundamento individual e o fundamento social .....	502
328. Necessidade e defesa .....	503

*II – Características da defesa legítima*

329. Bens defensáveis.....	504
330. A agressão injusta .....	504
331. A questão da provocação .....	505
332. Necessidade da defesa .....	506
333. Moderação da defesa .....	507
334. A defesa da administração da justiça e a vida .....	508
335. Aspecto subjetivo do tipo permissivo .....	509
336. A defesa do Estado .....	509
Leituras complementares .....	510

## CAPÍTULO XXVII - OUTROS TIPOS PERMISSIVOS EM PARTICULAR

*I – A regulação legal do estado de necessidade;  
justificação e excludente de culpabilidade*

337. A fórmula legal.....	511
338. As dificuldades enfrentadas pela teoria do estado de necessidade.....	512
339. As autonomias teóricas como única solução .....	513
340. O estado de necessidade como justificação e como exclusão de culpabilidade .....	513

*II – O estado de necessidade justificante*

341. Conceito.....	514
342. Requisitos do estado de necessidade justificante .....	515

*III – O excesso nas causas de justificação*

343. O conceito de “excesso” .....	517
344. Excesso doloso e excesso culposos .....	518
Leituras complementares .....	518

## TÍTULO V A CULPABILIDADE

### CAPÍTULO XXVIII - CONCEITO, FUNDAMENTO E DELIMITAÇÃO

#### *I – Conceito de culpabilidade*

345. Ideia geral.....	521
346. Evolução da teoria da culpabilidade: a teoria psicológica da culpabilidade .....	523
347. Evolução da teoria da culpabilidade: a culpabilidade como relação psicológica e como reprovabilidade .....	524
348. O ápice da evolução: a culpabilidade como reprovabilidade .....	524

#### *II – O princípio de culpabilidade*

349. Fundamento antropológico .....	526
350. A impossibilidade da culpabilidade sobre outra base antropológica .....	526

#### *III – Culpabilidade de ato e de autor*

351. A culpabilidade pela conduta de vida .....	527
352. Aristóteles e a culpabilidade pela conduta de vida .....	528

#### *IV – Outros conceitos de culpabilidade*

353. A chamada “coculpabilidade” .....	529
354. A culpabilidade fundamentada na teoria do fim da pena .....	529
355. A teoria da “possibilidade de atribuição” .....	530
356. Inculpabilidade e impunidade .....	530

#### *V – Panorama da culpabilidade normativa e sua ausência*

357. Culpabilidade e inculpabilidade normativas .....	530
Leituras complementares .....	531

### CAPÍTULO XXIX - A POSSIBILIDADE EXIGÍVEL DE COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE

#### *I – Localização sistemática*

358. Exigência legal .....	533
359. Teorias que situam a “consciência da antijuridicidade” no dolo .....	533
360. Teorias que situam o problema na culpabilidade.....	535
361. Nossa posição.....	536

#### *II – Natureza*

362. Consciência da antijuridicidade e consciência individual .....	536
---	-----

363. Natureza da compreensão da antijuridicidade.....	537
364. O conteúdo da possibilidade de compreensão da antijuridicidade.....	538
Leituras complementares.....	539

### CAPÍTULO XXX - A INEXIGIBILIDADE DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE PROVENIENTE DE INCAPACIDADE PSÍQUICA

#### *I – Conceito, localização e delimitação*

365. Conceito de imputabilidade e inimputabilidade.....	540
366. Outros conceitos de imputabilidade.....	542

#### *II – A incapacidade psíquica de entender a ilicitude no direito vigente*

367. Os efeitos psíquicos que acarretam incapacidade.....	543
368. A enfermidade mental e o desenvolvimento incompleto ou retardado. Menoridade.....	545
369. Emoção e paixão.....	548

#### *III – A culpabilidade diminuída*

370. O conceito legal.....	549
Leituras complementares.....	551

### CAPÍTULO XXXI - ERRO DE PROIBIÇÃO (INEXIGIBILIDADE DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE PROVENIENTE DE ERRO)

#### *I – Conceito e classificação*

371. Conceito.....	552
372. Classificação.....	552

#### *II – O erro de proibição visto sob o ângulo de outras teorias do delito e do injusto*

373. O erro de proibição para as teorias que situam a consciência do injusto no dolo.....	554
374. O erro de proibição na chamada “teoria limitada da culpabilidade”.....	554

#### *III – O erro de proibição no nosso Código*

375. As fórmulas legais.....	555
------------------------------	-----

#### *IV – O erro de compreensão*

376. Erro de conhecimento e de compreensão.....	557
377. A consciência dissidente e o erro de compreensão.....	558
378. O erro de compreensão e o erro culturalmente condicionado em geral.....	559

*V – Casos especiais de erro*

379. Erro de proibição, de subsunção e de punibilidade .....	561
--	-----

*VI – Erro de proibição vencível e invencível*

380. Orientação geral.....	562
Leituras complementares .....	562

CAPÍTULO XXXII - INEXIGIBILIDADE DE OUTRA CONDUTA  
PELA SITUAÇÃO REDUTORA DA AUTODETERMINAÇÃO

*I – Caracterização geral*

381. Diversidade de hipóteses básicas .....	563
---	-----

*II – Estado de necessidade exculpante*

382. Regulamentação legal.....	564
383. Estado de necessidade e coação .....	565
384. Desconhecimento e falsa suposição da situação de necessidade .....	566
385. Culpabilidade diminuída pelo estado de necessidade incompleto .....	567

*III – A obediência hierárquica*

386. Hipóteses distintas .....	568
--------------------------------	-----

*IV – Impossibilidade de dirigir as ações conforme a compreensão da antijuridicidade*

387. A segunda hipótese da inimputabilidade .....	570
---	-----

*V – Culpabilidade supralegal*

388. A inexigibilidade de outra conduta.....	570
Leituras complementares .....	571

TÍTULO VI  
PROBLEMÁTICA ESPECIAL DA TIPICIDADE

CAPÍTULO XXXIII - A AUTORIA

*I – A problemática do concurso de pessoas*

389. Colocação geral do problema.....	575
390. Natureza dos conceitos de autor e partícipe .....	575
391. O sistema penal vigente .....	576

*II – Autoria e participação*

392. Critérios que têm sido defendidos .....	577
--	-----

393. Formas de delimitação entre autoria e participação .....	578
394. O critério do domínio do fato como indicador da autoria.....	579

### *III – Formas de autoria*

395. Autoria direta e autoria mediata .....	580
396. Autoria e coautoria .....	583

### *IV – A autoria dolosa e a autoria culposa*

397. Explicitação das diferentes bases conceituais .....	584
398. Consequências da diferença.....	584

### *V – O autor de determinação*

399. Delitos de mão própria e <i>delicta propria</i> .....	585
400. O tipo especial de autor de determinação.....	587

### *VI – O cúmplice com participação de maior importância*

401. Coautoria e cumplicidade necessária.....	588
---	-----

### *VII – Autoria mediata com determinado culpável e punível*

402. A autoria de escritório .....	589
Leituras complementares.....	591

## CAPÍTULO XXXIV - PARTICIPAÇÃO (INSTIGAÇÃO E CUMPLICIDADE)

### *I – Conceito geral*

403. Natureza.....	592
404. Outras opiniões acerca de sua natureza.....	593
405. Deslinde acerca de outras hipóteses de concurso .....	595
406. Participação e favorecimento .....	595

### *II – Requisitos da participação*

407. Aspecto interno da acessoriedade.....	597
408. Aspecto externo .....	597

### *III – Problemas particulares da participação*

409. Formas especiais de configuração.....	598
410. Erro na participação.....	598
411. A chamada “comunicabilidade das circunstâncias”.....	599

*IV – Instigação*

412. Conceito e meios.....	600
413. O resultado da instigação.....	601
414. O dolo de instigação .....	601
415. Instigação ao suicídio e à autolesão .....	602

*V – Cumplicidade*

416. Conceito e classes .....	603
417. A participação de menor importância.....	603
Leituras complementares.....	604

## CAPÍTULO XXXV - A TENTATIVA

*I – Conceitos gerais*

418. Conceito de tentativa .....	605
419. O fundamento da punição da tentativa.....	606

*II – Estrutura do delito tentado*

420. O dolo na tentativa .....	607
421. A consumação como limite da tentativa.....	608
422. Atos executivos e preparatórios .....	609
423. Classes de tentativa.....	610
424. Tentativa na omissão.....	611

*III – A tentativa inidônea (delito impossível)*

425. Conceito.....	611
--------------------	-----

*IV – A desistência voluntária e o arrependimento eficaz*

426. Fundamento e natureza .....	613
427. Consequências da natureza jurídica .....	615
428. Consequências do fundamento.....	616
429. Diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz.....	616
430. O arrependimento posterior .....	617
431. A tentativa qualificada .....	617
Leituras complementares.....	618

## CAPÍTULO XXXVI - UNIDADE E PLURALIDADE DE TIPICIDADES

*I – Pluralidade de crimes e de tipicidades*

432. Realismo e idealismo nos concursos real e ideal .....	619
--	-----

*II – Unidade e pluralidade de condutas ou ações*

433. O problema na legislação comparada .....	620
434. Os sistemas dos Códigos brasileiros .....	621
435. A questão da unidade ou pluralidade de crimes e sua base ôntica .....	621
436. O sistema no Código vigente .....	623
437. Quando há uma e quando há várias condutas? .....	624
438. Casos distintos de consideração típica unitária da pluralidade de movimentos voluntários com plano comum .....	625
439. O verdadeiro delito continuado .....	627

*III – Concurso formal*

440. Concurso formal e unidade de conduta.....	629
441. Concurso formal qualificado .....	630

*IV – Concurso material ou real*

442. Concurso material e pluralidade de condutas .....	632
443. Concurso material atenuado ou falso crime continuado.....	632
444. Os graus de atenuação do concurso material .....	634

*V – Considerações de lege ferenda*

445. Crítica à lei vigente .....	635
----------------------------------	-----

*VI – Concursos aparentes*

446. O concurso aparente de tipos .....	635
Leituras complementares .....	637

**TERCEIRA PARTE**  
**TEORIA DA COERÇÃO PENAL**

TÍTULO I  
COERÇÃO MATERIALMENTE PENAL

CAPÍTULO XXXVII - CONDIÇÕES DE OPERATIVIDADE DA COERÇÃO PENAL

*I – Conceito geral*

447. Coerção formal e materialmente penal .....	643
448. A “punibilidade” .....	643
449. Condições que fazem atuar a coerção penal .....	645

*II – As condições penais de operatividade da coerção penal*

450. Ausência de causas pessoais que excluem a punibilidade .....	647
451. Casos especiais de causas pessoais que cancelam a punibilidade .....	649
452. A graça ou indulto como causa pessoal de extinção da punibilidade .....	650
453. Perdão judicial .....	651
454. A prescrição da pena como causa pessoal de extinção da punibilidade .....	652
455. A questão da imprescritibilidade .....	653

*III – A prescrição no nosso Código Penal*

456. Introdução .....	653
457. Prescrição da pretensão punitiva (ou da ação) .....	654
458. Prescrição das penas restritivas de direito .....	656
459. Prescrição da pretensão executória .....	656
460. Redução de prazos .....	657
461. Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva .....	657
462. Interrupção do prazo prescricional da pretensão executória .....	659
463. Comunicabilidade das causas interruptivas .....	659
464. Absorção de penas .....	659
465. Suspensão do prazo prescricional .....	660
466. Prescrição intercorrente .....	661
467. Prescrição retroativa .....	663
468. Recurso da acusação .....	664
469. Prescrição e leis especiais .....	664
470. Prescrição e mérito .....	665

*IV – Excursus sobre as chamadas “condições objetivas de punibilidade”*

471. O problema .....	665
472. Existem as “condições objetivas de punibilidade”? .....	666

*V – As condições processuais de atuação da coerção penal*

473. Exercício das ações .....	667
474. Ação penal e crime complexo .....	670
475. Decadência .....	671
476. Perempção .....	672
477. Renúncia do direito de queixa .....	673

*VI – Efeitos*

478. Alcance da extinção da punibilidade .....	675
Leituras complementares .....	676

## CAPÍTULO XXXVIII - MANIFESTAÇÕES DA COERÇÃO PENAL

*I – Manifestações da coerção penal no direito penal vigente: panorama geral*

479. As penas do Código Penal.....	677
480. A relativa indeterminação da pena.....	678

*II – O problema da pena de morte*

481. A legislação brasileira.....	678
482. A pena de morte no mundo .....	678
483. A pena de morte não é uma pena.....	679

*III – Manifestações da coerção penal excluídas da legislação penal*

484. Manifestações excluídas pela Constituição Federal.....	680
485. Outras penas que não constam do Código .....	682
486. Penas propostas recentemente .....	682

*IV – As penas privativas de liberdade*

487. Considerações gerais.....	683
488. As penas privativas de liberdade no Código vigente.....	686
489. Cálculo do tempo da pena e detração penal .....	686
490. O limite máximo de duração da pena privativa de liberdade .....	688
491. Execução das penas privativas de liberdade .....	690
492. A execução das penas privativas de liberdade no Brasil .....	691
493. A remição pelo trabalho.....	693
494. Os direitos dos presos .....	694

*V – Livramento condicional*

495. Requisitos.....	695
496. Livramento condicional subordinado a condições específicas .....	698
497. Condições a que deve se submeter o liberado .....	698
498. Revogação do livramento condicional .....	699

*VI – Penas restritivas de direitos*

499. Enunciado e natureza .....	700
500. Conversão das penas restritivas de direitos em penas privativas de liberdade.....	701
501. Prestação pecuniária .....	701
502. Perda de bens e valores .....	702
503. Prestação de serviços à comunidade .....	702
504. Interdição temporária de direitos.....	704

505. Limitação de fim de semana.....	705
506. A pena pecuniária e sua crítica .....	706
507. O sistema do Código Penal .....	707
508. Conversão da pena de multa em pena privativa de liberdade.....	708
509. A multa substitutiva.....	709

### *VII – Efeitos da condenação*

510. Natureza.....	709
511. Confisco .....	710
512. As inabilitações acessórias .....	711

### *VIII – Reabilitação*

513. Natureza.....	712
514. Direito penal de registro .....	713
515. Extinção das consequências da condenação .....	713
516. Condições para que ocorra a reabilitação .....	714
Leituras complementares.....	715

## CAPÍTULO XXXIX - A DETERMINAÇÃO DA PENA NO CASO CONCRETO

### *I – Conceito de individualização da pena*

517. Direito de quantificação da pena.....	716
--	-----

### *II – O sistema do Código Penal e a fixação da pena-base*

518. Mecânica e etapas .....	717
519. Determinação da pena-base .....	719

### *III – Circunstâncias agravantes e atenuantes*

520. Alcance da sua incidência na pena.....	721
521. Circunstâncias que decorrem de um efetivo conteúdo do injusto do delito .....	722
522. Circunstâncias correspondentes ao grau de culpabilidade do delito .....	724
523. Circunstâncias que decorrem de considerações político-criminais .....	725
524. Algumas circunstâncias inominadas .....	725

### *IV – Reincidência: circunstância agravante pelo maior conteúdo do injusto, presumido juris et de jure*

525. Fundamento, natureza e crítica .....	726
526. Condições da reincidência na lei vigente.....	730

### *V – Causas de atenuação ou de agravação (escalas penais alteradas)*

527. Classificação.....	732
528. Escalas alteradas pelo conteúdo do injusto .....	732
529. Escalas alteradas pelo grau de culpabilidade .....	733
530. Escalas alteradas por razões político-criminais.....	734

*VI – Alguns problemas particulares da individualização da pena*

531. A individualização da pena de multa .....	734
532. Individualização da pena em caso de cúmulo aritmético de privações de liberdade .....	735

*VII – Suspensão condicional da pena*

533. <i>Sursis e probation</i> .....	736
534. Requisitos.....	736
535. Condições .....	737
536. Revogação da suspensão .....	738

TÍTULO II  
COERÇÃO FORMALMENTE PENAL

CAPÍTULO XL - MEDIDAS DE SEGURANÇA  
E EFEITOS CIVIS  
DA CONDENAÇÃO PENAL

*I – As medidas de segurança*

537. Introdução.....	743
538. As medidas de segurança do Código Penal.....	744
539. As medidas de segurança não têm limite máximo? .....	745

*II – Efeitos civis da condenação penal*

540. Reparação do dano <i>ex delicto</i> .....	746
541. Efeitos da sentença absolutória.....	748
Bibliografia.....	748

ANEXO  
CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS

Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	753
Obras dos Autores.....	779